

FUNÇÕES E IMPORTÂNCIAS DA LITERATURA: UMA REFLEXÃO FUNDAMENTAL

Paulo Ricardo Moura da SILVA*

- **RESUMO:** O presente estudo fundamenta-se em uma das perguntas mais basilares dos Estudos Literários: Para que Literatura? A partir de um diálogo com o pensamento de Mikhail Bakhtin (2011, 2014, 2017, 2018), Antoine Compagnon (2009) e Antônio Cândido (2002, 2011), buscamos construir uma reflexão que possa incitar o debate sobre essa questão. Nossa proposta é estabelecer uma diferenciação entre, por um lado, a função da literatura, que se refere a aspectos específicos das finalidades e dos usos sociais das obras literárias, e, por outro lado, a importância da literatura, que diz respeito aos aspectos mais gerais que confere relevância e valor à literatura.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Função; Importância; Literatura.

A proposta de Compagnon para a função da literatura

Antoine Compagnon (2009) sistematiza as funções da literatura em quatro poderes, organizados a partir de uma perspectiva histórica:

(i) o *poder clássico* (surgido na Antiguidade clássica, sobretudo com Aristóteles e Horácio), para o qual a arte mimética é compreendida como experiência de deleite e, ao mesmo tempo, de instrução, o que aponta para uma função lúdico-formativa;

(ii) o *poder romântico* (surgido com o Iluminismo e consolidado com o Romantismo, em fins do século XVIII e, sobretudo, no século XIX), que estabelece a literatura como emancipação crítica dos indivíduos leitores ao libertá-los das ignorâncias, das subordinações e das alienações, o que sugere uma função crítico-ideológica;

(iii) o *poder moderno* (surgido no final do século XIX e intensificado no século XX), para o qual a literatura refinaria, melhora e ampliaria as possibilidades do uso da língua, ao proporcionar à linguagem verbal um nível mais elevado e intenso de expressividade, por meio da singularidade do trabalho estético com as palavras, o que indica uma função linguística;

(iv) o *poder pós-moderno* (surgido nas últimas décadas do século XX), que problematiza a busca por uma utilidade prática à literatura, a fim de defender a ideia de que não haveria uma função para a arte literária.

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Coordenadoria da Área de Língua Portuguesa, Ouro Preto – MG – Brasil. paulo.moura@ifmg.edu.br.

Artigo recebido em 25/04/2023 e aprovado em 20/08/2023.

Ainda que os referidos poderes tenham sido elaborados, teórica e literariamente, em momentos históricos específicos, conforme sistematizado por Compagnon, isso não significa, a nosso ver, que o surgimento de um novo poder resultou necessariamente na extinção do poder anterior. É preciso considerar a sua permanência, na cultura, ao longo do processo histórico, chegando até nós e influenciando nossas valorações, discursos e práticas nos dias atuais. À título de exemplificação, podemos observar a questão do conceito de leitura literária como fruição estética, prazer e deleite, com fins educacionais. Compagnon (2009, p. 43) reconhece que “a recusa de qualquer outro poder da literatura além da recreação pode ter motivado o conceito degradado da leitura como simples prazer lúdico que se difundiu na escola do fim do século [XX]”.

Embora o crítico francês apresente o poder pós-moderno como justificativa central, numa busca por manter a perspectiva de linha histórica de sua formulação teórica, a função lúdico-formativa do poder clássico parece influenciar também as práticas escolares que se fundamentam na concepção, problemática, de leitura literária como mero prazer lúdico.

Em nossos dias, quando se pergunta “Pra que literatura?”, a função crítico-ideológica do poder romântico é muito ressaltada pelos estudiosos de Literatura. Mesmo Compagnon (2009, p. 50), em determinados momentos de sua discussão, adere mais diretamente ao paradigma romântico, sobretudo ao afirmar que “a literatura nos liberta de nossas maneiras convencionais de pensar a vida – a nossa e a dos outros –, ela arruína a consciência limpa e a má-fé”. De acordo com essa perspectiva, haveria na literatura uma dimensão de provocação crítica, em termos de uma atitude questionadora perante as realidades, para avalia-las minuciosamente, a qual oportunizaria o rompimento com determinadas ilusões da vida em sociedade, ideologicamente construídas.

Se, por um lado, facilmente podemos encontrar várias obras literárias que podem ilustrar a dimensão crítica da literatura, nos termos de Compagnon, por outro lado, será mesmo que podemos estender a todos os textos que podem ter status de literário, em todos os momentos históricos e em todas as culturas, o exercício dessa função?

É improvável que um estudioso ocidental de Literatura, contemporâneo a nós, afirme que *A Odisseia* não é literatura ou, pelo menos, que não possa estar entre as artes miméticas. No entanto, a epopeia homérica, para os gregos antigos, é muito mais a confirmação dos valores sociais do que o desvelamento crítico das precariedades daquela sociedade. Seguramente, o poema de Homero é parte importante do processo educativo das cidades gregas e, desse modo, apresenta um aspecto humanizador fundamental para os gregos, mas não necessariamente por meio da elaboração de uma perspectiva crítica. De acordo com Bakhtin,

[...] o discurso épico é enunciado sob a forma de lenda. O mundo épico do passado absoluto, por sua própria natureza, é inacessível à experiência individual e não admite pontos de vista e apreciações pessoais. Não se pode vê-lo, senti-lo, tocá-lo, não pode ser considerado sob nenhum ponto de vista, não se pode experimentá-lo, analisá-lo, mostrá-lo ou penetrar em suas entranhas. Ele é dado somente enquanto lenda, sagrada e preempatória, que envolve uma apreciação universal e exige uma atitude de referência para consigo (Bakhtin, 1998, p. 408).

Embora a criticidade não possa ser um aspecto inerente à literatura, há uma forte tendência da literatura para propiciar uma perspectiva crítica sobre o mundo e as relações humanas. Antonio Candido, em “Direito à literatura”, reconhece, como possibilidade, a função crítico-ideológica: “a literatura *pode ser* um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou denegação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual” (Candido, 2011, p. 186, grifo próprio).

Pela problematização da alienação em relação às mazelas sociais, ao motivar a reflexão crítica dos valores, práticas e instituições sociais, Candido salienta o quanto a função crítico-ideológica está atrelada a função humanizadora. Em sendo um direito, a literatura deve ser defendida como necessidade individual e social, capaz de contribuir significativamente para os processos de reconhecimento da condição humana, em termos de dignidade de existir, enquanto membro de uma determinada sociedade.

Em sua dimensão crítica, a literatura oferece uma contra-palavra, para utilizarmos um termo de Bakhtin, aos discursos estruturantes das ideologias dominantes e excludentes da sociedade, de modo a assumir “que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais” (Bakhtin, 2014, p. 67). Muito mais do que simplesmente um instrumento de comunicação, a palavra é a realidade humanamente construída, o espaço fundamental em que habitamos e atuamos como seres sociais, produtores de cultura. Desse modo, a literatura, constituída na palavra, pode confrontar vigorosamente a realidade social, com uma perspectiva crítica, que busque ressignificar, discursivamente, determinados aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Nesses termos, a fim de contribuir com as discussões sobre os propósitos da literatura, propomos uma diferenciação entre: (i) função, que se refere a aspectos específicos das finalidades e dos usos sociais das obras literárias; e (ii) importância, que diz respeito aos aspectos mais gerais que confere relevância e valor à literatura.

As funções da literatura

Refletir sobre as funções da literatura requer que se faça, a princípio, três perguntas fundamentais para a elaboração de uma perspectiva mais específica, a saber: (i) Qual literatura estamos nos referindo? (literatura digital, literatura de cordel, literatura infanto-juvenil, *best sellers*?); (ii) Para quem? (escritores, editores, críticos literários, estudantes, leitores em geral?); (iii) Em qual contexto sociocultural? (na França do século XIX, durante as Ditaduras Militares na América Latina, nas comunidades quilombolas, nas escolas brasileiras de Ensino Médio do século XXI?).

Tais perguntas são essenciais, porque, por exemplo, a função memorialística que a literatura de testemunho tem para a comunidade judaica, após a vivência dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, como espaço de elaboração do trauma e, ao mesmo tempo, de denúncia crítica, não é a mesma função que a literatura tem para

os donos de jornais do século XIX, que publicavam, em seus periódicos, capítulos de romances de folhetim, como forma de atrair mais leitores e, assim, aumentar as vendas.

Sem a pretensão de indicar todas as funções possíveis, podemos sugerir algumas delas que podem ser assumidas por determinados agentes sociais, em relação a determinadas obras literárias, em determinados contextos:

(i) *Política*: quando a literatura assume um determinado posicionamento no espaço público. Desse modo, toda obra literária é inescapavelmente política, porque qualquer uso que se faça das linguagens é necessariamente político, ao ser compreendido como modo de atuar no espaço social, orientado ideologicamente. Embora vale destacar que algumas obras literárias, mais do que políticas, são politizadas (podendo chegar, inclusive, ao panfletário, que instrumentaliza a obra literária para fins políticos), porque a intencionalidade de difundir ideias e ideais políticos faz parte da proposta estético-ideológica dessas obras literárias.

(ii) *Econômica*: quando a obra literária, em sendo arte, torna-se também mercadoria a ser comercializada, a partir das dinâmicas do mercado editorial. Nesse sentido, o escritor torna-se um produtor que cede, em contrato, os direitos comerciais de sua obra, enquanto propriedade intelectual, assegurada judicialmente, para uma editora, por um período determinado. Por sua vez, o leitor torna-se um consumidor que precisa ser conquistado, por meio de estratégias de marketing.

(iii) *Histórico-cultural*: quando a literatura assume a função de elaboração e permanência da memória e, dessa maneira, de participação na constituição da identidade de um determinado grupo social ou povo, ao se inserir em suas práticas culturais. Nesses termos, a literatura torna-se espaço de encontro entre pessoas, socialmente organizadas, não apenas em termos de recepção da obra literária, mas também de produção.

(iv) *Subjetiva*: quando a literatura nos proporciona uma experiência de conhecimento de si, capaz de nos fazer notar aspectos que nos constitui como sujeitos. Nesse sentido, a literatura não apenas pode confirmar a nossa percepção sobre quem somos, mas também pode nos provocar a ressignificar e a transformar a nossa autoconsciência referente a nossa história, as nossas vivências presentes e as nossas possibilidades futuras. Mais do que nos oferecer respostas prontas e acabadas, a literatura pode nos colocar questionamentos fundamentais e cruciais para a nossa existência.

(v) *Científico-educacional*: quando a obra literária é utilizada para a produção de conhecimentos em pesquisas científicas, nas diferentes áreas do saber, principalmente nas Humanidades, e para a formação educacional, nos diferentes níveis de escolarização, desde a educação infantil até o ensino superior. No âmbito educacional, a obra literária pode ser instrumentalizada (e, por isso, esvaziada em sua dimensão estética) para o ensino-aprendizagem dos conteúdos das disciplinas e de temas transversais, o que não é a melhor forma de trabalhar pedagogicamente com a literatura. Uma alternativa mais aconselhável para os processos de ensino-aprendizagem é a obra literária ser o aspecto central de práticas pedagógicas que objetivam a formação de leitores literários, bem como de projetos interdisciplinares/transdisciplinares.

(vi) *relativo ao entretenimento*: quando o principal objetivo da leitura literária é o prazer de ler para aventurar-se em outras possibilidades, para despertar a curiosidade,

para descobrir outras perspectivas, para nos identificarmos, para nos envolvermos, para nos afetarmos pelas palavras. No que diz respeito ao entretenimento, no mundo contemporâneo, a literatura, por um lado, concorre, diretamente, com as produções audiovisuais da indústria cultural e com os ambientes virtuais de interação, pela atenção do público. Por outro lado, associa-se a eles para revitalizar suas potencialidades, por meio da filmagem de obras literárias, bem como por meio da publicação, circulação, divulgação e recepção *on-line* de obras literárias, além de uma literatura digital, cujo projeto estético-ideológico está intrinsecamente relacionado ao uso das novas tecnologias da informação e da comunicação.

É importante reconhecermos tais funções para não cairmos em certo idealismo de que a literatura vale por si mesma, como se estivesse sempre revestida de uma áurea de elevação e cultivo do espírito em uma dimensão atemporal, como se preservasse a pureza, o sublime e a liberdade de uma inutilidade que está para além da vida mundana, ao, supostamente, recusar a lógica brutal do sistema econômico, político e social. A literatura, como prática social, não está livre de interesses econômicos e disputas ideológicas, mas também não significa admitir que ela, nos dias atuais, se restringe única e exclusivamente à lógica utilitarista do sistema capitalista, que objetiva o lucro em constante crescimento e instrumentaliza os indivíduos, as relações e a própria vida social em prol da realização desse objetivo.

As importâncias da literatura

Muito mais do que funções (mas sem excluí-las), a grande questão está nas importâncias que a literatura tem para a formação humana, ao ser uma forma de conhecimento esteticamente estruturado, que tem um valor fundamental para o processo de humanização das sociedades. Não nascemos prontos e acabados em nossa dimensão humana, como se para sermos humanos, supostamente, bastaria que nascêssemos e tudo já estaria definido. Ao contrário, tornamo-nos humanos no convívio social, quando nos inserimos e participamos do universo da cultura como sujeitos-agentes, que têm sua dignidade de existir reconhecida socialmente, o que implica em um processo constante e contínuo, enquanto estivermos vivos.

É por não termos uma essência inata e perene que nos asseguraria a nossa condição humana, independentemente de qualquer circunstância e adversidade, que podemos pensar em um processo de humanização ao longo da nossa existência, o que torna coerente considerarmos que os indivíduos se formam como seres humanos. Se já fôssemos humanos, em sentido pleno, então, já estaríamos prontos e, por isso, não seria necessária uma formação que busque nos humanizar.

Em *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, o narrador de Clarice Lispector afirma que “a mais premente necessidade de um ser humano era tornar-se um ser humano” (Lispector, 1998, p. 37). Desse modo, a literatura, ao contribuir significativamente com a formação humana, atenderia a essa necessidade fundamental de todos nós, o que sugere que a literatura não seja algo desimportante para a experiência humana de existir.

Entretanto, é preciso estar atento para não estabelecermos uma relação mecanicista de causa e efeito no que diz respeito ao potencial humanizador da literatura, em que o contato com a literatura resultaria, por consequência, numa posição necessariamente mais humanizada frente à vida e, por isso, mais comprometida com valores éticos. A arte literária, certamente, oportuniza possibilidades, mas sem garantir a certeza de um resultado, único e homogeneizador, para todos. Conforme salienta Terry Eagleton,

[...] quando, alguns anos depois da criação de *Scrutiny*, as tropas aliadas chegaram aos campos de concentração para prender comandantes que haviam passado suas horas de lazer com um volume de Goethe, tornou-se clara a necessidade de explicações. Se a leitura de obras literárias realmente tornava os homens melhores, então isso não ocorria da maneira direta imaginada pelos mais eufóricos partidários dessa teoria (Eagleton, 2006, p. 53).

É muito fantasioso acreditar que os leitores de obras literárias são transformados em sujeitos mais críticos e reflexivos “em um passe de mágica”, como se o simples ato de ler já bastasse por si só, desconsiderando, assim, a importância do que se lê, de como se é afetado pela leitura, em termos de pensamentos, sentimentos e sensações, e, seguindo a perspectiva bakhtiniana (2011), de como se responde à leitura, no sentido da forma como o leitor se (des)implica responsabilmente em determinados processos constitutivos da vida em sociedade, ao ler determinada(s) obra(s) literária(s).

Segundo Antônio Candido, a literatura “não *corrompe* nem *edifica*, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque *faz viver*” (Candido, 2002, p. 85). A literatura nos permite enfrentar o humano em suas contradições, dilemas, ambivalências, ambiguidades e ignorâncias, sem nos tornar pessoas exclusivamente do bem ou do mal. A vida é repleta de idas e voltas, de entraves e conflitos, de indeterminações que expõem o quanto não temos controle sobre todas as causas e as condições do que nos acontece e de como agimos. A literatura sabe muito bem disso e, por isso mesmo, não se propõe a ser um caminho linear e milagroso rumo à ordem, ao progresso e à evolução da humanidade.

Vale enfatizar também que, em última instância, o reconhecimento das importâncias da literatura realiza-se quando nos atentamos para o processo de leitura literária, isto é, afirmar que a literatura é importante significa ressaltar a relevância das obras literárias para os leitores. O valor da literatura não está, exclusivamente, nem em ser o resultado da genialidade dos escritores, romanticamente idealizados como indivíduos singulares e incompreendidos pela sociedade de seu tempo, com uma sensibilidade fora do comum; nem em uma suposta essencialidade da obra literária, que teria, em si e para si, aspectos dignos da atenção humana, que foram esteticamente construídos, os quais bastariam, por si só, para garantir a grandiosidade da literatura.

Com isso, não queremos restringir a questão unicamente à dimensão do leitor e, sobretudo de um leitor demasiadamente individualizado, que se encontraria em reclusão e silêncio absoluto e, desse modo, que desconsideraria o seu pertencimento a uma comunidade de leitores, com práticas de leitura que são constituídas sócio historicamente.

Acreditamos que é na interação entre autor, obra e leitor, a qual é sempre situada em um contexto social determinado, que podemos compreender as contribuições que a literatura pode dar a nossa formação humana.

Três dimensões das importâncias da literatura

Dentre as importâncias que a literatura pode ter, destacamos três delas, a saber, (i) interação com a alteridade, (ii) construção de modos de dizer o mundo e as experiências humanas, e (iii) cultivo da imaginação.

(i) interação com a alteridade:

A subjetividade se constitui na interação com as alteridades, de modo que, conforme afirma Bakhtin (2018, p. 293), “duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência”. Para o pensador russo, o indivíduo não é a unidade mínima que constituiria a existência, mas, sim, a interação entre o eu e o outro, uma vez que não é possível que exista um eu sem que haja um outro e sem que eles estejam socialmente organizados, o que implica sempre no uso das linguagens e, em especial, da língua.

É no encontro e no confronto com o outro que participamos da existência como processo contínuo de busca, como território das possibilidades, como movimento de conservação e transformação da vida. O outro não apenas reconhece e confirma quem somos, mas também, ao diferir de nós, contesta, desestabiliza e rivaliza com nossas compreensões do mundo, dos outros e de nós mesmos, e, assim, possibilita-nos outras perspectivas, com as tensões ou as fissuras que pode promover em nossos valores, crenças, ideias e comportamentos.

Por meio da leitura, a literatura proporciona possibilidades muito ricas de interação estética com seres literariamente elaborados, os quais, na condição de alteridades, representam a existência humana possível em tempos, lugares e culturas que podem ser diferentes dos nossos. Inclusive, ultrapassando as possibilidades que a realidade material, dentro dos limites espaço-temporais das nossas vivências cotidianas, pode nos oferecer, afinal, por meio da literatura, por exemplo, podemos interagir com universos literários de dois ou mais séculos atrás.

Segundo Jorge Coli (1995, p. 113), na arte, “vivemos com as nossas paixões as paixões de outrem, sem os compromissos e as exigências do ‘real’”. A leitura literária, do mesmo modo, permite-nos interações nas quais, sem nos tornarmos plenamente o outro e sem deixarmos de sermos nós mesmos, valemo-nos de nossa vida para experienciar outras vidas, por meio da criação de um território comum que resulta do entrecruzamento do mundo esteticamente elaborado da obra literária e do mundo real do leitor empírico.

A interação estética não é transpassada pelos mesmos interesses, responsabilidades e condições que a realidade nos apresenta em uma relação social, mais propriamente dita. Em nome dos “compromissos e exigências do real”, para utilizar as palavras de Coli, facilmente instrumentalizamos o outro em nosso cotidiano para obtermos, dele, o que queremos ou precisamos, desconsiderando-o como sujeito. Nessas circunstâncias, o outro torna-se um objeto a nos servir ou um caminho a atravessar para alcançarmos o

nosso objetivo, o que enfraquece muito a potencialidade de sua condição de alteridade para a constituição da nossa própria condição humana. Não reconhecer o outro em sua humanidade implica em não reconhecer também a nossa própria dimensão humana na interação com esse outro.

A leitura literária disponibiliza outro lugar ao leitor, mais autêntico, ao nosso ver, porque possibilita estabelecermos uma relação menos objetificada do que as relações que comumente vivenciamos no espaço social. Nesses termos, a literatura, como prática social, não é necessariamente inútil, como já indicamos ao discutirmos sobre as funções da literatura, porém a interação estética, na leitura literária, é, sim, inútil, no sentido de não ser forjada no utilitarismo das relações sociais.

Interessante observar o quanto Luís da Silva, narrador-personagem do romance *Angústia*, de Graciliano Ramos, identifica-se mais com os personagens dos romances que lê do que com as pessoas que pertencem ao seu grupo social: “Certas personagens de romances familiarizaram-se comigo. Apesar de serem de outras raças, viverem noutros continentes, estão perto de mim, mais perto que aquele homem da minha raça, talvez meu parente, inquilino de um dr. Gouveia, policiado pelos mesmos indivíduos que me policiam” (Ramos, 2004, p. 167-168). Essa intimidade com os personagens parece ser resultado de um compartilhamento mais sincero do que o experienciado com as pessoas do seu convívio, o que cria uma proximidade maior com o universo literário.

No que diz respeito à interação com a alteridade, de modo geral, a literatura nos proporciona, inclusive, mais condições para conhecer o outro de modo mais profundo e verdadeiro. Diferentemente do que acontece na vida, na leitura literária, podemos nos inteirar dos pensamentos mais íntimos do outro que não são externalizados, observar seus verdadeiros sentimentos e sensações, bisbilhotar, de maneira mais acentuada, o que há de misterioso no outro e que, na vida, não raro, permanece oculto a nós.

Na interação inútil proporcionada *pela e na* leitura literária, se estivermos atentos, poderemos notar também algo que pode ampliar a nossa percepção do outro: sendo, por definição, diferente de nós, o outro nunca é total e radicalmente diferente. No que diz respeito à nossa relação com a alteridade, há sempre convergências e divergências. No mundo da obra literária, as *personas* esteticamente elaboradas podem vivenciar experiências que nós, ao longo de toda a nossa vida, não experienciaremos e, no entanto, por exemplo, há desejos, dilemas, comportamentos que compartilhamos com eles.

Reduzir o outro apenas aos aspectos que o marcam como diferente é, sem dúvida, uma violência, que nos desumaniza profundamente, conforme podemos observar ao longo dos diferentes períodos da história. Os grupos sociais, violentamente, marginalizados sempre carregam os estigmas sociais de um outro que é identificado apenas pelas marcas da diferença, para, assim, demarcar, com precisão e nitidez, as relações de poder e as hierarquizações sociais que caracterizam os processos de marginalização.

(ii) *construção de modos de dizer o mundo e as experiências humanas:*

A partir da perspectiva enunciativa, o indivíduo se constitui como sujeito *pelo e no* ato de usar a língua, propondo-se como sujeito *para e a partir de* outros, no aqui- agora da enunciação. Desse modo, Bakhtin (2014, p. 53) afirma que a materialidade da subjetividade, aquilo que lhe confere realidade, é a palavra, de maneira que, sem

a linguagem verbal, não é possível formarmo-nos como sujeitos, na interação com as alteridades.

Do mesmo modo, como seres sociais, é *pela* e *na* palavra que as interações sociais acontecem, ao nos relacionarmos com os outros indivíduos, bem como que os discursos (re)organizam e (re)conduzem as dinâmicas da vida social. Por um processo social, as palavras do outro vão transformando-se em nossas palavras, ao ponto em que nós próprios nos tornamos as nossas palavras e, conseqüentemente, as palavras do outro.

Nós, como sujeitos e seres sociais, encontramos nas palavras uma materialidade comum entre nós e as *personas* esteticamente construídas da literatura, pois é com palavras que pensamos, que damos forma aos nossos sentimentos e sensações, que nos relacionamos no espaço social, que existimos na cultura. Essa materialidade linguística comum é o que possibilita influências e interações entre nós e o universo literário, o qual é construído pelo uso estético da linguagem verbal.

Desse modo, segundo Antonio Candido (2011, p. 177), “quer percebamos claramente ou não, o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e, em conseqüência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo”.

Na literatura, o trabalho cuidadoso e atento com as palavras, em sua dimensão estética, resulta em uma ordenação, *pela* e *na* linguagem, das experiências humanas possíveis, tanto em termos de subjetividade, como de práticas sociais. A literatura fornece-nos palavras, seiva primordial da realidade humana, para organizarmos a nossa existência e construirmos seu sentido. O modo da literatura de dizer o mundo e os seres humanos, em suas interações, familiariza-nos com diferentes pensamentos, sentimentos e sensações, práticas, valores e comportamentos, o que nos possibilita a construção de outras perspectivas para compreendermos a sociedade, os outros e nós mesmos, sobretudo o desconhecido de nós.

Para Bakhtin (2017, p. 71), “a coisa, ao permanecer coisa, pode influenciar apenas as próprias coisas; para exercer influência sobre os indivíduos ela deve revelar *seu potencial de sentidos*, isto é, deve incorporar-se ao eventual contexto de palavras e sentidos”. Nesses termos, a literatura, enquanto palavra de um outro, pode influenciar as pessoas, ao proporcionar a construção, a desconstrução e a reconstrução dos sentidos que mobilizamos para a vida em sociedade. Ao estruturar esteticamente um dizer sobre o mundo e as experiências humanas, a literatura efetiva-se como forma de conhecimento, elaborado sob a dimensão artística das palavras, que possibilita o compartilhamento de sentidos.

(iii) *cultivo da imaginação*:

Em “A Literatura e a formação do homem”, Antonio Candido afirma que

[...] um certo tipo de função psicológica é talvez a primeira coisa que nos ocorre quando pensamos no papel da literatura. A produção e fruição desta se baseiam numa espécie de necessidade universal de ficção e de fantasia, que de certo é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares (Candido, 2002, p. 82-83).

A arte e a literatura não estão entre as atividades supérfluas e dispensáveis do ser humano, mas configuram-se como uma necessidade fundamental, porque, entre outros motivos, possibilita a experiência da fantasia. Nós, seres humanos, precisamos ir além do aqui-agora, rememorar e projetar como forma de ultrapassar o imediatismo do presente, participar, constantemente, da mágica do “faz de conta”, que nos possibilita defrontarmos com nossa condição humana de extrapolar os limites espaço-temporais para experienciar o fantasioso.

Considerar a ficcionalização e a fantasia como demanda humana permite-nos refletir sobre a relevância da imaginação. O senso comum tende a dicotomizar, equivocadamente, imaginação e realidade, de maneira que a imaginação seria uma instância que, fechada em si mesma, propiciaria meros devaneios e não estabeleceria relações com a concretude da realidade factual. Desse ponto de vista, a literatura, enquanto escrita forjada sob o signo da imaginação, seria concebida como uma fuga da realidade, para mundos imaginários mais satisfatórios.

Entretanto, a literatura não se reduz a ser uma evasão da realidade, que nos aliene das durezas conflituosas da existência. Ao contrário da vida, em que, não raro, coloca-se a máscara da verdade para dizer mentiras, na literatura e na arte, coloca-se a máscara do fingimento, da ilusão ficcional, da construção imaginária, para oportunizar a compreensão de verdades.

De modo geral, a literatura possibilita um deslocamento do fluxo das nossas vivências diárias e, por isso, proporciona-nos, enquanto leitores, certo distanciamento da realidade cotidiana para, numa espécie de via de mão dupla, podermos enxergar, com maior nitidez, a própria vida e, assim, aproximarmo-nos mais intimamente dela. Inclusive, vale ressaltar que é justamente esse deslocamento que aponta para a possibilidade crítica da arte literária, uma vez que o distanciamento proporciona condições para a análise minuciosa e radical (no sentido etimológico, de ir às raízes da questão), a qual é o aspecto primordial do posicionamento crítico.

Segundo o sociólogo Luis Recaséns Siches (1968, p. 315), “[...] para criar algo nôvo, para modificar o que recebeu [socialmente], [o indivíduo] precisa ser capaz de emancipar-se parcialmente do que recebeu e aprendeu dos demais”. A literatura oportuniza, tanto para o escritor, como para o leitor, a emancipação necessária à criatividade e à inventividade, tornando-se instância que propicia o exercício da imaginação, o qual é sempre muito importante no processo de criação. Entretanto, essa emancipação nunca é total e, sim, parcial, porque não é possível, em circunstâncias consideradas normais, nos descolarmos integralmente da realidade que vivenciamos para nos instalarmos em outras instâncias, ainda que momentaneamente.

Nesses termos, propomos que a imaginação seja compreendida como uma racionalidade inventiva, como construção criativa do pensamento, e, por isso mesmo, requer questionamentos, formulação de hipóteses, experimentações e tentativas, erros e acertos, reelaborações constantes. A imaginação formula possibilidades que podem confirmar ou rivalizar com a ordem social instaurada e que podem vir a se materializar no interior da organização social, não sem enfrentar um conjunto de relações de poder. Sem imaginação, não há conservação ou transformação efetiva dos modos de vida,

estruturados socialmente, uma vez que a imaginação projeta, delimita e dá forma a possibilidades.

A vida não precisa ser exatamente da forma como ela é ideologicamente organizada no momento histórico em que vivemos e, com esse ímpeto, podemos buscar alternativas de modos de vida. A sociedade impõe determinadas concepções ideológicas, padrões culturais e práticas sociais a serem seguidas, que, pela imaginação, torna-se possível que, pelo menos, alguns indivíduos, não obstante por meio de movimentos sociais, vislumbrem a possibilidade de negá-los, concretamente, em suas vidas, gerando certas contradições e tensões no interior da sociedade.

Não nos parece um acaso que a imaginação esteja constantemente sob controle, de maneira que tentam nos convencer de que ela seja uma bobagem que pertence ao mundo infantil, adotando a estratégia de desqualificá-la para melhor controlá-la. A manutenção da ordem social requer um controle rigoroso da potencialidade inventividade dos indivíduos, que são mais incentivados a reproduzir do que a efetivamente criar e, quando criam, busca-se delimitar os espaços, o tempo, os modos, a intensidade em que se realizará o processo.

Diferentemente dos outros animais, cujas vivências se circunscrevem integralmente aos seus extintos e à adaptabilidade ao meio ambiente, restando a eles apenas sobreviver com o que está previsto pela própria natureza, conforme afirma Albert Camus (1951, p. 21), “o homem é a única criatura que recusa a ser o que é [...]”. O universo humano é o da falta, da incompletude, da indeterminação e, por isso mesmo, da possibilidade, do devir, da busca, do movimento, do desenvolvimento, da criação e da liberdade. Ao ser humano é possível a liberdade, compreendida, a nosso ver, como instância de negatividade, de descolamento, que acontece na potência de dizer “não” (e como é angustiante dizer “não”).

Se podemos pensar em um destino para os seres humanos, seria o da criação, do exercício da imaginação para ultrapassar os limites do aqui-agora, para subverter as determinações do existente. Criar humaniza-nos, porque renova e amplia nossas possibilidades diante do mundo e porque indica nossa recusa em se adaptar ao que já está posto. Dessa maneira, a literatura apresenta-se como um espaço fecundo de criação, tanto para escritores, como para leitores, por ser uma oportunidade de cultivo à imaginação.

SILVA, P. R. M. da. Functions and importances of literature: a fundamental reflection. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 63, n.1, p. 137-148, 2023.

- **ABSTRACT:** *The present study is based on one of the most basic questions of Literary Studies: What Literature for? From a dialogue with the thought of Mikhail Bakhtin (2011; 2014; 2017; 2018), Antoine Compagnon (2009) and Antônio Cândido (2002; 2011), we seek to build a reflection that can incite the debate on this issue. Our proposal is to establish a distinction between, on the one hand, the function of literature, which refers to specific aspects of the purposes and social uses of literary works, and, on the other*

hand, the importance of literature, which concerns the more which gives relevance and value to the literature.

- **KEYWORDS:** *Function; Importance; Literature.*

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. 5. ed. Trad. de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

BAKHTIN, M. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V.). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 16. ed. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, M. Arte e responsabilidade. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. XXXIII-XXXIV.

BAKHTIN, M. Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance. *In*: BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora F. Bernadini *et al.* 4. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. p. 397-428.

CAMUS, A. **O homem revoltado**. Trad. de Virginia Motta. Lisboa. Portugal: Livros do Brasil, 1951.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, A. **Vários Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2011. p. 169-191.

CANDIDO, A. Literatura e a formação do homem. *In*: CANDIDO, A. **Textos de intervenção**. Seleção, apresentações e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002. p. 77-92.

COLI, J. **O que é Arte**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

COMPAGNON, A. **Literatura para quê?** Trad. de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura: uma introdução**. 6. ed. Trad. de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LISPECTOR, C. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

RAMOS, G. **Angústia**. 57. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004.

SICHES, L.R. **Tratado de Sociologia**. Trad. de João Baptista Coelho Aguiar. Porto Alegre: Globo, 1968. v.1.